

ORIENTAÇÕES OFICIAIS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BELÉM PARA AS PRÁTICAS CURRICULARES EM TEMPOS DE PANDEMIA DE COVID-19 NOS ANOS 2020 E 2021

OFFICIAL ORIENTATIONS OF THE MUNICIPAL EDUCATION SYSTEM OF BELÉM CONCERNING CURRICULAR PRACTICES AMID COVID-19 DURING THE YEARS OF 2020 AND 2021

ORIENTACIONES OFICIALES DE LA INSTITUCIÓN MUNICIPAL DE EDUCACIÓN DE BELÉM PARA LAS PRÁCTICAS CURRICULARES EN TIEMPOS DE PANDEMIA DE COVID-19 EN LOS AÑOS 2020 Y 2021

Resumo: Este artigo resulta de uma pesquisa em andamento que trata do tema práticas curriculares na educação básica e parte da seguinte indagação: “No período da pandemia de Covid-19, quais foram as orientações oficiais prescritas para as práticas curriculares dos docentes da Rede Municipal de Educação de Belém”? Assim, objetiva analisar as orientações oficiais prescritas para a orientação das práticas curriculares dos docentes da Rede Municipal de Educação de Belém no período da pandemia de Covid-19. A pesquisa desenvolve-se pela abordagem qualitativa e trata-se de uma pesquisa documental, ao utilizar a técnica na coleta de dados, tendo a análise dos dados realizada a partir da análise de conteúdo. A construção teórica fundamenta-se em vários autores, como Yin (2015), Roldão (2007), Franco (2008) e Sacristán (2017). A partir desse recorte, examinou-se o documento do calendário letivo aprovado pelo Conselho Municipal de Educação de Belém, no ano de 2020, no ápice pandêmico, pela Resolução nº 30-CME, 22/12/2022, Parecer nº 86/20 e o “Plano de retorno das atividades semipresenciais para o 2º semestre letivo-2021: Belém, cidade alfabetizada e educadora”. Os documentos trazem orientações curriculares, pedagógicas e de funcionamento para as etapas e modalidades de ensino. As prescrições contidas nos documentos são efetivadas e acompanhadas pela Diretoria de Educação da Secretaria Municipal de Educação do município de Belém. Nos dois anos do auge pandêmico as prescrições oficiais foram ampliadas, com ganhos para o processo de ensino-aprendizagem, sendo alterado em perspectiva coletiva, freiriana e democrática, que busca a humanização, autonomia e criticidade dos sujeitos no processo educativo, em tempos de profunda vulnerabilidade humana.

Palavras-chave: Práticas curriculares. Pandemia. Orientações oficiais.

Recebido em: 30/10/2022

Aceito em: 01/12/2022

Publicação em: 15/12/2022



Revista Espaço do Currículo

ISSN 1983-1579

Doi: 10.15687/rec.v15i3.64675

<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php>

Marluce Batista Silva Cardoso

Especialista em Pedagogia do Movimento Humano

Mestranda pela Universidade Federal do Pará, Brasil.

E-mail: marluce.bs99@hotmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9130-8320>

Genylton Odilon Rêgo da Rocha

Doutor em Geografia

Professor da Universidade Federal do Pará, Brasil.

E-mail: genylton@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6264-5387>

Como citar este artigo:

CARDOSO, M. B. S.; ROCHA, G. O. R. ORIENTAÇÕES OFICIAIS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BELÉM PARA AS PRÁTICAS CURRICULARES EM TEMPOS DE PANDEMIA DE COVID-19 NOS ANOS 2020 E 2021. **Revista Espaço do Currículo**, João Pessoa, v. 15, n. 3, p. 1-18, 2022. ISSN 1983-1579. DOI: <https://doi.org/10.15687/rec.v15i3.64675>.

Abstract: This article is the result of an ongoing research that covers the curricular practices in basic education. This research is based on the following question: “What were the official orientations stipulated to the curricular practices of teachers of the Municipal Education System of Belém”? Thus, its goal is to analyze the official orientations stipulated for the guidance of the curricular practices of teachers of the Municipal Education System of Belém during the Covid-19 pandemic. The research was developed through the use of a qualitative approach and it is a documental research. The data analysis was developed based on the content analysis. The theoretical construction is grounded on several authors such as Yin (2015), Roldão (2007), Franco (2008) e Sacristán (2017). Considering this scenario, We analyzed the document of the academic calendar approved by the Municipal Education Council of Belém, Resolution number 30-CME, report number 86/20, and the “Plan of return of the blended learning activities during the second semester of 2021: Belém, an educational and literate city”. The documents have curricular and pedagogical orientations as well as orientations that will be important to all the steps and categories of education. The stipulations in the document are applied and monitored by the Directory of Education of the Municipal Board of Education of Belém. During the two years of pandemic, the stipulations were increased, which resulted in good outcomes for the teaching-learning process. This process was changed in a collaborative, problem-posing and democratic perspective. This increase seeks the humanization, autonomy and the critical thinking of the individual in the process of education, especially during times of human vulnerability.

Keywords: Curricular Practices. Pandemic. Official orientations.

Resumen: Este artículo es resultado de una investigación que todavía sigue sobre el tema “Prácticas curriculares en la educación básica”, la cual parte del siguiente cuestionamiento: “¿En el período de la pandemia de Covid-19, cuáles fueron las orientaciones oficiales prescritas para las prácticas curriculares de los docentes de la Institución Municipal de Educación de Belém?” Con ese cuestionamiento se objetiva analizar las orientaciones oficiales prescritas para la orientación de las prácticas curriculares de los docentes de la Institución Municipal de Educación de Belém en el período de la pandemia de Covid-19. La investigación se desarrolla por el abordaje cualitativo y se trata de una investigación documental, al utilizar la técnica de colecta de datos, analizada a partir del su contenido. La construcción teórica se fundamenta en varios autores, como Yin (2015), Roldão (2007), Franco (2008) y Sacristán (2017). A partir de ese recorte, examinamos el documento del calendario lectivo aprobado por el Consejo Municipal de Educación de Belém, en el año de 2020, en el ápice pandémico, por la Resolución nº 30-CME, 22/12/2022, Parecer nº 86/20 y el “Plan de retorno de las actividades semi presenciales para el 2º semestre letivo-2021: Belém, ciudad alfabetizada y educadora”. Los documentos traen orientaciones curriculares, pedagógicas y de funcionamiento para las etapas y modalidades de enseñanza. Las prescripciones inseridas en los documentos son efectivas y acompañadas por los Directores de Educación de la Secretaria Municipal de Educación de Belém. En los dos años del auge pandémico las prescripciones oficiales fueron ampliadas, con ganancias para el proceso de enseñanza aprendizaje, siendo alterado en perspectiva colectiva, freiriana y democrática, que busca la humanización, autonomía y criticidad de los sujetos en el proceso educativo, en tiempos de profunda vulnerabilidad humana.

Palabras clave: Prácticas curriculares. Pandemia. Orientaciones oficiales.

1 INTRODUÇÃO

O artigo representa um recorte da pesquisa acadêmica em construção que investiga as práticas curriculares oriundas das orientações oficiais da Secretaria Municipal de Educação aos professores das escolas públicas municipais de Belém - PA, vinculada ao Mestrado em Currículo e Gestão de Escola Básica da Universidade Federal do Pará. Refere-se a um contorno das orientações oficiais nos anos de 2020 e 2021 para o alinhamento das aulas durante o ensino remoto. A análise dos documentos que orientaram a educação das escolas vinculadas à Secretaria Municipal de Educação de Belém traz em seu escopo os documentos orientadores do ano de 2020: o *calendário aprovado pelo Conselho Municipal de Educação de Belém*, no ápice pandêmico, regulamentado pela *Resolução nº 30-CME, 22/12/2020*, e o *Parecer nº 86/20*, o qual pontua o trabalho com o *currículo continuum* referente aos anos letivos de 2020

e 2021, e o “Plano de retorno das atividades semipresenciais para o 2º semestre letivo-2021: Belém, cidade alfabetizada e educadora”, decorrente da crise sanitária da Covid-19, que trouxe perdas e mudanças para a humanidade. No campo educacional, as transformações acirraram as dificuldades.

A proposta de *currículo continuum*, para os anos de 2020/2021, é composta por atividades não presenciais e presenciais, em tempos ora distintos ora concomitantes, ensino remoto e ensino híbrido, de forma a dar continuidade às ações pedagógicas para todas as etapas e modalidades de ensino da RME (Rede Municipal de Ensino) de Belém. As orientações curriculares e pedagógicas para a RME, no *continuum curricular 2020/2021*, se deve ao necessário e urgente atendimento à comunidade escolar e está em conformidade com a legislação vigente, em particular às relativas ao período da pandemia de Covid-19, cujo objetivo é nortear o trabalho das(os) profissionais das unidades escolares sobre as ações a serem desenvolvidas no âmbito dos processos de ensino e aprendizagem. Entretanto, também oportunizaram as superações concretizadas pelas práticas curriculares dos professores da educação básica em tempos de pandemia. Observa-se que tais orientações prescritas nos dois documentos e como eles diferem na questão curricular. Dessa forma, o documento do ano de 2020 cumpriu as orientações prescritas, enquanto o documento de 2021 superou as orientações indicadas nos documentos com o fortalecimento do currículo.

A pesquisa ocorreu na crise mundial da pandemia de Covid-19, por isso é necessário delinear as circunstâncias, mesmo não sendo o foco deste estudo. O planeta e a humanidade tiveram consequências graves, expondo todas as situações, nesses tempos pandêmicos, de vulnerabilidade e incertezas causadas pelo coronavírus SARS-CoV-2, que gerou a Covid-19, uma infecção respiratória aguda, grave e de elevada transmissibilidade global (BRASIL, 2021). Construir diálogos relevantes acerca da situação possibilita caminhos de superação e (re)construção vantajosos ao currículo e sua gestão no contexto escolar.

O objetivo geral da pesquisa foi o de analisar as orientações oficiais ao direcionamento das práticas curriculares dos docentes da Rede Municipal de Educação de Belém, no período da pandemia de Covid-19, com o intuito ainda de verificar as novas ações educacionais desenvolvidas, a partir das diretrizes lançadas ao universo escolar, que perpassaram pelo currículo em épocas de fragilidade e distanciamento social e suas contribuições no âmbito do processo de ensino e de aprendizagem dos educandos.

A sequência metodológica segue uma abordagem qualitativa. De acordo com Yin (2015, p. 7) “a pesquisa qualitativa abrange condições contextuais, as condições sociais, institucionais e ambientais em que a vida das pessoas se desenrola. Em muitos aspectos, essas condições contextuais podem influenciar muito todos os eventos humanos”. Mostra-se oportuna para a pesquisa no contexto que perpassa a investigação onde corpo docente e discente seguiram orientações oficiais no intuito de manter a dinâmica escolar, salutar ao movimento da pesquisa, pois aprofunda o estudo do documento e, conseqüentemente, a fortalece.

Para conhecer os processos que envolvem as questões do objeto de estudo expressos em documentos, utiliza-se a pesquisa documental na perspectiva de compreender o cenário educacional das escolas municipais de Belém. Fachin (2006, p. 146) coloca “a pesquisa documental corresponde a toda informação coletada, seja de forma oral, escrita ou visualizada”. Portanto, para conhecer e compreender o conteúdo e as entrelinhas dos textos normatizadores que estabeleceram as práticas curriculares dos professores das escolas municipais de Belém, será utilizada a análise de conteúdo que irá direcionar as regras dos procedimentos de cada etapa e interpretação do material coletado, permitindo ao investigador tomar decisões acerca das categorias, codificações e demais elementos pertencentes a esse processo. Nesse âmbito, Franco (2008, p. 10) menciona:

São perfeitamente possíveis e necessários o conhecimento e a utilização da análise de conteúdo, enquanto procedimento de pesquisa, no âmbito de uma abordagem metodológica crítica e epistemologicamente apoiada numa concepção de ciência que reconhece o papel ativo do sujeito na produção do conhecimento.

Dessa forma, favorecem o conhecimento das informações dos documentos para além das mensagens, tornando possível captar e analisar o conteúdo expresso oriundo de um contexto pandêmico e de aulas remotas das escolas municipais de Belém.

Este artigo, recorte da dissertação, possibilita apresentar as orientações pedagógicas para as etapas de ensino Educação infantil, Ensino Fundamental e a modalidade de Educação do Campo e da Educação de Jovens, Adultos e Idosos conduzidas pela Secretaria Municipal de Educação do município de Belém, conforme os documentos norteadores dos anos letivos de 2020 e 2021. Nos documentos, destacam-se as orientações das coordenações que fazem parte da Diretoria de Ensino da Secretaria de Educação acerca das etapas e modalidades. Sendo assim, torna-se possível, por meio dos documentos, ter um parâmetro das orientações pedagógicas e curriculares, direcionando as práticas curriculares nos dois anos de ensino remoto e distanciamento social.

Em relação às orientações pedagógicas de 2020, seguiu-se a diretriz do currículo *continuum* expresso no documento do calendário letivo de 2020, destacando os encaminhamentos do plano de retorno de 2021, que contém uma diagnose junto aos professores sobre suas práticas pedagógicas do ano de 2020, bem como indicações para as ações pedagógicas de 2021. A escolha por um currículo *continuum* tem a ver com os pareceres do Conselho Nacional de Educação, em especial o *Parecer CNE/CP nº 5/2020*, aprovado em 28 de abril de 2020, em que afirma:

A legislação educacional e a própria BNCC admitem diferentes formas de organização da trajetória escolar, sem que a segmentação anual seja uma obrigatoriedade. Em caráter excepcional, é possível reordenar a trajetória escolar reunindo em *continuum* o que deveria ter sido cumprido no ano letivo de 2020 com o ano subsequente. Ao longo do que restar do ano letivo presencial de 2020 e do ano letivo seguinte, pode-se reordenar a programação curricular, aumentando, por exemplo, os dias letivos e a carga horária do ano letivo de 2021, para cumprir, de modo contínuo, os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento previstos no ano letivo anterior. Seria uma espécie de “ciclo emergencial”, ao abrigo do artigo 23, caput, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. (PARECER CNE/CP Nº 5/2020, p. 4)

Assim, ao adotar essa modalidade de currículo, foi possível readequar os componentes curriculares do município de Belém, a fim de garantir o ensino-aprendizagem necessário ao prosseguimento de estudos dos alunos e alunas da Rede Municipal de Ensino.

A partir dos dados da diagnose e da definição da modalidade curricular, realizou-se um plano de retorno com destaque para as atividades pedagógicas exitosas no contexto pandêmico. Em seguida, por meio de questionário digital, realizou-se um levantamento sobre a saúde dos professores da Rede Municipal de Educação de Belém.

A possibilidade de ter orientações pedagógicas mediadas pelo currículo – constituído pelo viés democrático e freiriano na Secretaria de Educação – conduz às práticas curriculares definidoras do processo ensino-aprendizagem. Assim, a rede de ensino municipal assumiu a perspectiva de uma educação baseada na teoria de Paulo Freire, quando pensa a educação de forma autônoma e libertadora, em permanente diálogo com a comunidade escolar, baseados em aspectos como: “ousadia epistemológica”, “engajamento político”, “pensar esperançoso” e “processos de inovação na educação”, os quais serão vistos no decorrer deste trabalho.

O momento pandêmico, que fez as escolas trabalharem por meio do ensino Remoto Emergencial, trouxe o medo, o desconhecido; mas, em paralelo o novo, o ousar, o desafiar, o construir, o recomeçar. Essas mudanças renderam erros e aprendizagens que garantiram seguir com o que foi apreendido na conjuntura da pandemia de Covid-19.

2 PRÁTICAS CURRICULARES EM TEMPOS DE PANDEMIA

A escola mantém seu desenvolvimento pautado no currículo, e em tempos pandêmicos não foi diferente: seguiu pela via do currículo, pois com ele teve condições de remodelar o processo educacional, amenizando os prejuízos causados pela pandemia que afetou a todos de diversas formas, principalmente no que tange à organização da aprendizagem. Mesmo diante de dificuldades, este

momento é oportuno devido aos professores vivenciarem e testemunharem inúmeras situações do contexto educacional e social que trouxeram abalos às estruturas do convencional, instigando novas configurações curriculares que promovam a aprendizagem por novos encaminhamentos pautados na gestão escolar e, conseqüentemente, na ação docente.

Nesse contexto, é relevante refletir sobre os impactos da pandemia na educação no contexto pandêmico, que nos fez sair da escola, mudar o espaço dos acontecimentos das aulas, com outra estrutura logística, onde se desenvolveram as práticas curriculares das(os) professoras(es). Esses profissionais passaram por este processo de mudança sob a orientação do calendário letivo do ano de 2020, que possui diretrizes para as aulas em tempos de ensino remoto, bem como o plano de retorno às atividades escolares presenciais no segundo semestre de 2021. Nesse sentido, Lapa e Coelho (2021, p. 4) trazem a seguinte reflexão:

[...] Assim, enxergamos um vínculo indelével entre os desafios ora apresentados e a educação, tanto na sua dimensão de universalização do acesso quanto em qualidade de formação crítica. Tratamos aqui de determinada concepção de educação, que almeja a emancipação social e reivindica um papel ativo do Estado. Dessa forma, a educação, em especial a pública, torna-se um espaço privilegiado para tratar as desigualdades sociais e promover a igualdade de oportunidades.

Entretanto, este momento de retorno presencial das atividades escolares com as restrições, mostrou-se propício para desenvolver práticas curriculares tão importantes na (re)construção do trabalho escolar, que se faz na constituição da aprendizagem humana por meio do conhecimento. A escola, como instituição social, deve prosseguir com mudanças construídas pelo currículo e que tragam fortalecimento às práticas curriculares provedoras das aprendizagens. A escola está ligada a um nicho curricular que possui elos com outras dimensões que, trabalhadas na escola no processo de ensino-aprendizagem, configurarão um currículo de mudanças. Assim, Sacristán (2017, p. 22) pontua:

Por isso argumentamos que o currículo faz parte, na realidade, de múltiplos tipos de práticas que não podem reduzir-se unicamente à prática pedagógica de ensino; ações que são de ordem política, administrativa, de supervisão, de produção de meios, de criação intelectual, de avaliação etc., e que, enquanto são subsistemas em parte autônomos e em parte interdependentes, geram forças diversas que incidem na ação pedagógica. Âmbitos que evoluem historicamente, de um sistema político e social a outro, de um sistema educativo a outro diferente. Todos esses usos geram mecanismos de decisão, tradições, crenças, conceitualizações etc. que, de uma forma mais ou menos coerente, vão penetrando nos usos pedagógicos e podem ser apreciados com maior clareza em momentos de mudança.

A mediação das práticas curriculares durante a pandemia e o ensino remoto potencializou seu valor e sentido, pois foi o elemento de destaque que permitiu as ações pedagógicas por garantir o processo de ensino-aprendizagem relevantes ao cenário social e educacional. Então, conduzir as práticas curriculares pautadas em ações construídas com diálogos e reflexões é fundamental, pois os/as professores/as precisam ter clareza da dimensão complexa na qual o currículo está envolvido. Portanto, precisam compreender sua função e mobilizar ações docentes articuladas aos fenômenos sociais e curriculares, determinantes em momentos de vulnerabilidade humana, em que precisamos ter uma compreensão analítica dos contextos para poder conduzi-los. Sacristán (1999, p. 30) afirma que “O significado mais imediato de prática educativa se refere à atividade que os agentes pessoais desenvolvem, ocupando e dando conteúdo à experiência de ensinar e educar”. As práticas curriculares, ao serem direcionadas a um coletivo, atendem ao currículo que reconhece as questões culturais, sociais e todas as demais que solidificam a realidade.

O ensinar e aprender ocorre por uma junção de ações construídas durante a trajetória profissional docente, expostas na aula simbolizando a prática curricular. “Uma condição social da ação é a de que sempre é pessoal e definidora da condição humana: vai ligada a um eu que se projeta e que se expressa por meio dela ao educar” (SACRISTÁN, 1999, p. 31). A ação do sujeito é uma característica humana, que tem conseqüências sociais, configurando o fazer humano. No currículo, a ação tem uma relação com o conhecimento e as práticas curriculares. Nesse contexto, o/a professor/a será o/a mediador/a de uma

ação guiada por intenção e que dará sentido à ação docente, sendo necessário direcioná-la na crise pandêmica.

Em tempos de pandemia, as atividades docentes estão sendo realinhadas pela escola em decorrência dos danos sofridos. Pensar formas de trabalhar o conhecimento escolar, agindo de modo a potencializar as práticas curriculares durante o ensino remoto, é o desafio diário docente que precisa implementar suas práticas curriculares, mas que, no entanto, encontram-se fortalecidas, uma vez que garantem o processo educacional, mesmo com ajustes pautados nas mudanças ocorridas e na substituição temporária do ensino presencial. Essa situação concretiza o potencial das práticas curriculares vinculadas ao momento social e histórico. Sacristán (1999, p. 70) diz:

Este é o princípio que nos leva a compreender a prática como algo que é construído historicamente, já que cada ação traz consigo a marca de outras ações prévias. Em circunstâncias favoráveis, ações concretas podem dar origem a transformações importantes. O que foi feito, no sentido de realizado, fica para si e para os outros.

A educação acompanha a linha histórica e constrói referencial para a formação dos estudantes, fomentando ações para os momentos da vida. Ter esse entendimento fortalece o docente para a compreensão quanto às sequelas em tempos de pandemia, trazendo equilíbrio científico ao fazer docente. Roldão (2007, p. 101-102), assim, comenta sobre o papel do/a professor/a:

[...] é aquele que ensina não apenas porque sabe, mas porque sabe ensinar. E saber ensinar é ser especialista dessa complexa capacidade de mediar e transformar o saber conteudinal curricular (isto é, que se pretende ver adquirido, nas suas múltiplas variantes) seja qual for a sua natureza ou nível pela incorporação dos processos de aceder a, e usar o conhecimento, pelo ajuste ao conhecimento do sujeito e do seu contexto, para adequar-lhe os procedimentos, de modo que a alquimia da apropriação ocorra no aprendente – processo mediado por um sólido saber científico em todos os campos envolvidos e um domínio técnico-didático rigoroso do professor, informado por uma contínua postura meta-analítica, de questionamento intelectual da sua ação, de interpretação permanente e realimentação contínua.

A prática curricular promulga a aprendizagem compartilhada entre educadores e educandos ao criar ensinamentos que darão sentido à vida dos envolvidos e, conseqüentemente, movimento inovador e construtor do currículo, energizando a escola. Tal articulação estimula as práticas curriculares a promoverem ações coletivas de significados efetivadas pelos sujeitos que frequentam as escolas: os professores e os alunos.

No ápice da crise sanitária, se mostraram veementemente e fortaleceram o cenário educacional que estava frágil pela vulnerabilidade em que se encontravam os sujeitos das escolas. Dessa forma, torna-se evidente que as práticas curriculares são analíticas, constituem-se com as questões socioculturais e, em tempos de pandemia, de grande significado. Essa característica permite construir o currículo escolar para além do previsto, sendo importante para fortalecer as escolas no momento das aulas remotas e distanciamento social. Mesmo a escola sendo interligada ao sistema, que por vezes traz desequilíbrios por não responder às várias questões existentes, não abala as práticas curriculares por ser elo de interação entre professores e alunos.

Assim, na pandemia, as práticas curriculares dos professores e professoras das escolas municipais da Secretaria Municipal de Educação construíram e fortaleceram a gestão do currículo das escolas municipais e alimentaram o trabalho docente dos que atuam nos territórios de abrangência das periferias e ilhas. As práticas curriculares construíram o processo de ensino-aprendizagem em diferentes realidades. Quanto mais as diversidades estavam presentes nas aulas remotas, mais significado as práticas curriculares apresentavam, por superarem as dificuldades latentes e contribuir na realização das aulas e no direito à aprendizagem. Para alguns alunos, recorreu-se à comunicação digital; para outros, à entrega de atividades impressas ou demais recursos pedagógicos com variadas estratégias

efetivadas com as práticas curriculares, onde professores e alunos foram os sujeitos protagonistas das dificuldades de sua superação. Roldão e Almeida (2018, p. 12) salientam:

No caso da educação, trata-se de equacionar caminhos diferenciados dentro de balizas nacionalmente estabelecidas e controladas, que conduzam a um maior sucesso da escola na sua função essencial: conseguir que os alunos adquiram as aprendizagens curriculares com uma eficácia aceitável que lhes permita assegurar a sua sobrevivência social e pessoal e um nível de pertença e desempenho sociocultural que permita à sociedade manter-se equilibrada e superar os riscos de rutura.

Sendo assim, as práticas docentes curriculares ocorreram de modo inclusivo, pedagógico, democrático e político em um momento histórico, de perdas e vulnerabilidade das vidas humanas, lutaram para garantir o sentido da vida na condução da educação das escolas municipais de Belém.

3 ORIENTAÇÕES OFICIAIS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BELÉM EM TEMPOS DE PANDEMIA: 2020 E 2021

A partir das medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública, também presente no município de Belém feitas pela Organização Mundial de Saúde, as pessoas se distanciaram, cumprindo protocolos de medidas de prevenção contra o coronavírus. Esse cenário provocou a suspensão das aulas presenciais no ano de 2020, dando início a um planejamento para o momento do “novo normal”, que no contexto educacional foi experimentado pelo Ensino Remoto Emergencial, em concordância com as orientações legais, como a Medida Provisória nº 934, de 01 de abril de 2020, que estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior e o parecer CNE/CP nº 5/2020, que rege a reorganização do Calendário Escolar e a possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual em razão da pandemia da Covid-19.

Nesse ínterim, a educação escolar no município de Belém passou a ser conduzida pelas orientações oficiais da Secretaria Municipal de Educação de Belém, que se encontram no calendário letivo do ano de 2020, aprovado pelo Conselho Municipal de Educação, pela Resolução nº 30-CME, de 22 de dezembro de 2020, e pelo Parecer CLN/CME-Belém nº 86/20.

Por via desse documento, se deu o rearranjo curricular das escolas para as aulas não presenciais no primeiro semestre de 2020. No segundo semestre, houve o retorno parcial do ensino presencial sendo completado pelo ensino híbrido. Tal organização híbrida permitiu que estudantes e professores pudessem se reencontrar, obedecendo aos protocolos sanitários de forma presencial durante a semana em seus respectivos turnos, e em outros dias ficavam em casa estudando as atividades impressas ou por diferentes estruturas tecnológicas digitais, como aulas *online*, orientações por grupo de WhatsApp e teleaula. Esses canais de comunicação exemplificam as várias estratégias, recursos pedagógicos, tecnológicos, digitais e analógicos. As ações seguem as orientações oficiais nacionais e municipais.

O documento norteador do ano letivo de 2020 contém as orientações de funcionamento, pedagógicas e curriculares. Por ele, detecta-se que as orientações curriculares foram orientadas e realizadas conforme o contexto estrutural e situacional de cada escola. Cabe aos profissionais da escola, conduzirem o processo de ensino-aprendizagem de acordo com o estabelecido pelo ensino remoto. No Quadro 1, observa-se a organização do calendário letivo de 2020 com destaque para as principais ações:

Quadro 1 – Orientações pedagógicas e curriculares do calendário letivo de 2020 das ações para o Ensino Remoto emergencial

PLANEJAMENTO ESCOLAR EM TEMPOS DE PANDEMIA E ENSINO REMOTO		
Ano letivo de 2020		
Etapas de ensino	Educação Infantil Atividades impressas e aulas virtuais com participação da família. Realização do “projeto de ações para mediação familiar”.	Ensino Fundamental: anos iniciais e anos finais Atividades <i>online</i> pelas seguintes plataformas digitais: Youtube, Instagram, Zoom e Google Meet para encaminhar atividades e aulas

CARDOSO, M. B. S.; ROCHA, C. O. P.		
		interativas. Entrega de atividades impressas concomitante com a entrega do kit de alimentação. Atividades pedagógicas acessadas pelo blog: www.semecbelemnasuacasa.blogspot.com aos alunos do 6º ao 9º ano. O projeto “EDUCABELÉM: Aprendendo em casa”. Produção e exibição de vídeo aulas na TV aberta.
Modalidades	Educação Especial Atendimento Educacional Especializado desenvolvido com orientação aos alunos de forma <i>online</i> e por meio de atividades impressas.	Educação de Jovens e Adultos -EJA Atividades pedagógicas acessadas pelo blog: www.semecbelemnasuacasa.blogspot.com aos alunos da Educação de Jovens e Adultos.

Fonte: Elaborado a partir dos dados do Parecer nº 86/20 do CME-Belém.

As informações do Quadro 1 representam as ações prescritas no documento do calendário de 2020. Cada etapa e modalidade possui suas especificidades e complexidades, cabendo aos professores encaminharem as atividades pedagógicas alicerçadas ao currículo da escola para direcionar seus planejamentos e ações. Portanto, a escola precisa mediar, a partir do currículo, a ação docente pautada em construções sociais, históricas e políticas, redimensionando as práticas curriculares por meio de reflexões, sobretudo quando a humanidade viveu o ápice da crise sanitária. Os assuntos da escola são dos sujeitos que a atribuem sentido com as pluralidades sociais, e quando reconhecidas no momento do ensino-aprendizagem, edificam a prática curricular dando intencionalidade à educação:

O sentido da educação é essencial ao fato de que tenha um propósito, enquanto guiada por um projeto explícito. As ações que se empreende na educação, tanto individuais como coletivas, não poderiam ser entendidas se não se considera a que conduzem, para que se realizam. No final das contas, a educação não é algo espontâneo na natureza, não é mera aprendizagem natural que se nutre dos materiais culturais que nos rodeiam, mas uma invenção dirigida, uma construção humana que tem um sentido e que leva consigo uma seleção de possibilidades, de conteúdos, de caminhos. Do mesmo modo, os sistemas educativos não são frutos espontâneos da história, mas o resultado de respostas dirigidas a determinados propósitos; portanto, a prática que se desenvolve neles tem um sentido. (SACRISTÁN, 1999, p. 33).

Neste sentido, os professores redimensionaram suas ações consolidadas com planejamento, atividades e estratégias para além do prescrito, podendo, assim, atender as especificidades das etapas e modalidades de modo a incluir o contexto situacional da comunidade escolar. As construções pedagógicas e curriculares na crise pandêmica precisavam ser conduzidas em paralelo com as orientações oficiais nacionais mediadas pela gestão do currículo escolar, como: o cumprimento da carga horária mínima de 800 horas, preparação das aulas considerando os modos, no caso da Rede Municipal de Educação ocorreu da seguinte maneira: 156h de aulas presenciais somadas a 204h de ensino híbrido (presenciais e remotas) e 440h de teleaulas.

Nota-se que o conteúdo do texto é bastante objetivo, mas trazendo todas as orientações oficiais para as aulas em tempos remotos. Este mesmo documento aborda as orientações para o ano de 2021, garantindo o direito à aprendizagem dos estudantes para diminuir as lacunas do contexto. O documento expressa a aprendizagem para 2021 na perspectiva de um *continuum* curricular, onde sejam trabalhadas competências e habilidades, os objetivos e objetos de aprendizagem em continuação dos anos letivos de 2020 e 2021. Neste caso, a proposta pedagógica deverá ser realizada por avaliações diagnósticas e os relatórios discentes do ano de 2020, as escolas precisam construir um plano de ação para 2021, edificando a organização e a gestão do currículo.

Um ponto observado no estudo do referido documento é que as ações relativas à etapa da educação infantil e à Modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA) é pouco explorada, aparecendo somente no calendário de retorno presencial. Tais observações demonstram as prescrições curriculares enquanto orientações oficiais.

Para reparar os prejuízos em tempos de aulas não presenciais, semipresenciais e presenciais, a escola deve trabalhar com um currículo que incentive problematizar a realidade, buscando meios de conduzir as situações por caminhos que garantam o direito à aprendizagem dos alunos, e que a formação seja por perspectivas que propiciem o pensamento crítico e reflexivo. “O currículo é uma construção cultural, e sempre constitui um modo de organizar as práticas educativas” (ROCHA, 2012, p. 117).

O currículo, enquanto construção cultural, ganha sentido real quando é conduzido para fins da formação humana com significado aos envolvidos, entrelaçando realidade e conhecimento e possibilitando diálogos e boas mudanças como afirma Freire (2019; 1989, 1980). Portanto, este currículo desvela uma educação humanista-libertadora, na perspectiva freiriana, que precisa ter como ponto de partida os fenômenos concretos que constituem o universo existencial das camadas populares e menos favorecidas economicamente. É necessário dialogar com as prerrogativas freirianas vinculadas ao processo educativo-emancipador para a construção de fundamentos teórico-metodológicos para uma educação libertadora. Dentre os vários aspectos, Streck; Redin e Zitkoski (2019) destacam:

- a) *Ousadia epistemológica*: Freire não repete as estruturas de pensamento da tradição filosófica, mas busca inovar a partir do desafio da realidade do oprimido em diálogo com os instrumentos de análise da reflexão teórica;
- b) *Engajamento político*: o pensamento freiriano se constitui a partir de uma posição política clara em favor dos oprimidos;
- c) *Pensar esperançoso*: Freire distingue entre pensar certo e pensamento ingênuo, ou antidialético. O pensar certo é crítico e esperançoso diante do futuro, pois não se fecha diante das condições históricas que nos desumanizam. A visão de mundo que reforça o valor do sonho e da utopia numa perspectiva da história como possibilidade;
- d) *Freire e a atualidade*: a obra de Freire inspira processos socioeducativos inovadores em várias partes do mundo. Na América Latina, há uma inegável influência do pensamento freiriano na filosofia e na teologia da libertação e em inúmeras práticas educativas e sociais em diversas áreas. (STRECK; REDIN e ZITKOSKI 2019, p. 36-38, grifos dos autores).

Portanto, as orientações curriculares alinhadas à perspectiva “freiriana” vêm ao diálogo com o pensamento pedagógico de Freire (1989; 1987), que é um legado que inspira diferentes experiências de educação progressista, que buscam trabalhar na perspectiva da emancipação social a partir da situação social dos sujeitos oprimidos. Esta proposta é de uma educação problematizadora que converge para os desafios concretos da construção de caminhos alternativos e possíveis para projetos inovadores em educação na grande Belém. É uma perspectiva freiriana porque as experiências educativas estão/estarão comprometidas com a humanização, revelando o potencial do trabalho de uma Pedagogia da libertação, a partir do diálogo crítico-problematizador em todos os campos do conhecimento, desde a Educação Infantil, passando pelos ciclos do Ensino Fundamental, da Educação do Campo, das Águas e da Floresta até à modalidade da Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJA).

O documento orientador do ano de 2021 expõe um conteúdo com indicativos de um currículo na perspectiva freiriana ao convidar os profissionais da educação que, por meio de suas práticas, contribuam no resgate de uma educação democrática e popular nas escolas de Belém em processo permanente de diálogo e ações coletivas para ultrapassarem o espaço escolar. É um currículo alinhado às bases epistemológicas freirianas porque a RME entende, dentre outras premissas necessárias para a sua implantação na Rede, de que é preciso considerar, nesse processo, a educabilidade política,

conforme os tratados freirianos. A educabilidade política que está consorciada à consciência de classe, o que demanda, segundo Freire (2019), práticas de ensino que geram conhecimento a serviço dos interesses de classe:

[...] enquanto a classe dominante, como tal, constitui e fortalece a consciência de si no exercício do poder econômico, político e sociocultural, com o qual se sobrepõe à classe dominada e lhe impõe suas posições, esta só pode alcançar a consciência de si através da práxis revolucionária. Por meio desta, a classe dominada se torna ‘classe para si’ e, atuando então de acordo com o seu ser, não apenas a conhecer, de forma diferente, o que antes conhecia, mas também a conhecer o que antes não conhecia. Neste sentido é que, não sendo a consciência de classe um puro estado psicológico nem a mera sensibilidade que têm as classes para detectar o que se opõe a suas necessidades e interesses, implica sempre num conhecimento de classe. (FREIRE, 2019, p. 114).

Nesse viés político-pedagógico, a consciência de classe, segundo amplas discussões realizadas por Freire (2019), é profícua e permeada pela compreensão do processo histórico, cultural e social da população mais humilde e carente dos seus direitos sociais – os oprimidos. Por essa razão, estabelecer o diálogo, ou uma educação dialética, é substancial para a libertação dos sujeitos, para uma educação libertária. É neste sentido que as Diretrizes Curriculares da RME de Belém vêm ao encontro desta pedagogia freiriana, que não é mera construção teórica, mas é a criatividade de seu pensar crítico tendo como compromisso central a realidade social, cultural, histórica e política dos sujeitos amazônidas.

É nesse contexto da Covid-19 que a educação pública expôs ainda mais as suas mazelas, como as desigualdades, os desafios dos docentes e discentes, o que possibilita a construção de reflexões e aprendizados na busca das melhorias educacionais. Por essa dimensão curricular transformadora e inclusiva, o documento de retorno aponta encadeamentos que propiciam qualidade na educação pública municipal, mesmo em momentos difíceis, trazendo esperança para novos tempos, pois foram necessárias a tomada de novas decisões, com algumas medidas importantes como apresentaremos no Quadro 2, a seguir.

Quadro 2 – Orientações do plano de retorno das atividades semipresenciais para o segundo semestre letivo de 2021 “Belém, cidade alfabetizada e educadora”

DESTAQUE DAS AÇÕES CURRICULARES DA RME DE BELÉM – PA
Diagnose institucional de Covid-19, a partir do ano de 2020, aos servidores da Secretaria Municipal de Educação por meio do formulário google.
Diagnose institucional do saber e do fazer pedagógico dos professores por meio de questionário no formulário google.
Ampliação das coordenações da Diretoria de Educação para atender todas as etapas de ensino e modalidades em perspectiva identitária e inclusiva.
Orientações de ações exitosas a serem desenvolvidas para o ensino semipresencial e presencial, com base nas indicações docentes desenvolvidas no ano de 2020.
Metodologia de retorno presencial, obedecendo faixa etária e etapas de ensino.

Fonte: Belém, 2021. (Adaptado pelos Autores, 2022).

Mediante a tais diretrizes, cada professor conduziu, por meio da gestão do currículo de suas respectivas escolas, as orientações oficiais que regeram o processo de ensino-aprendizagem no primeiro ano de pandemia. Sabe-se que o primeiro ano pandêmico foi tenso, devido à dificuldade de garantir estruturas mediante ao caos pandêmico que desestruturou a rotina e a logística dos setores de diversas áreas da esfera social. Os professores foram para outros caminhos mediante a dificuldade tecnológica e outras que surgiram, sendo um momento desafiador, de reorganização da prática pedagógica em consonância com a prática curricular.

Neste seguimento, pontua-se a diagnose da saúde e da qualidade de vida dos profissionais da educação, desenvolvida pelo Núcleo de Assistência à Saúde do Trabalhador (NAST). O levantamento

permite saber como está a saúde desses profissionais, orientando-os e proporcionando valorização, canal de comunicação onde os servidores podem tirar dúvidas para si, assim como os gestores e coordenadores podem buscar orientação para repassar aos servidores das escolas. A atenção à saúde do trabalhador é uma forma de acolhê-los devido aos momentos difíceis e de intenso trabalho em tempos de Covid-19.

Outro ponto importante verificado, por meio de questionário digital, apresentou a situação dos profissionais da educação acerca de suas dificuldades para criarem estratégias pedagógicas e desenvolvê-las no distanciamento social, assim como registrar suas atividades e experiências exitosas no primeiro ano de pandemia, introduzidas como possibilidades pedagógicas no plano de retorno de 2021. A diagnose mostrou que os professores trabalharam com livros, atividades impressas, vídeos e aulas *online* no ano de 2020, tendo como maior dificuldade a falta da internet nas casas dos alunos e nas escolas.

A construção da diagnose foi feita a partir da escuta dos professores e outros profissionais da educação, bem como por meio de uma “busca ativa” ouvindo os educandos e as famílias de forma presencial ou por meio de questionários via WhatsApp em um momento de distanciamento e isolamento social, o que oportunizou conhecer as dificuldades para o retorno escolar presencial. Porém, mesmo diante da situação de prejuízos, os/as professores/as criaram outras estratégias e recursos que colaboraram no ensino-aprendizagem no ano de 2021. No primeiro semestre, as aulas foram remotas; e somente em setembro de 2021 os alunos retornaram presencialmente, após a vacinação dos professores contra Covid-19.

As comunidades mais distantes como as da Educação do Campo, das Águas e das Florestas tiveram o enfoque da “busca ativa”, onde o objetivo maior foi o de promover ações reflexivas e participativas que propiciassem o desenvolvimento da leitura e escrita dos sujeitos ribeirinhos, a partir da consciência do desejo de ler e escrever, por meio da contação de histórias, mediação de leitura e apresentação teatral de textos com os estudantes da ilha. Assim, as atividades foram desenvolvidas, a partir de textos e encenações dos personagens criados pelos professores, reinventando metodologias de ensino e de aprendizagem, realizando a frequência dos estudantes; informando as medidas de biossegurança necessárias; coletando e entregando as atividades para os alunos e dialogando com os pais/responsáveis sobre os protocolos de segurança para um retorno presencial seguro, de forma lúdica e educativa nas comunidades ribeirinhas de Belém do Pará.

A diagnose possibilitou observar a importância de um trabalho colaborativo e coletivo, pois trabalhar a educação por meio de um currículo plural e inclusivo que garanta a diversidade faz parte do projeto de reestruturação do currículo da Rede municipal de Educação, essencial para construir o conhecimento a partir do reconhecimento da importância da cultura e dos povos dos territórios amazônicos. Assim, foram criadas a Coordenação do Campo, das Águas e das Florestas (COECAP), a Coordenadoria de Educação para as Relações Étnico-Raciais (CODERER) e a Coordenação Integrada de Educação e Saúde (CINES), visando fortalecer a construção do conhecimento por meio da diversidade e garantia de direitos.

As escolas municipais contam com duas coordenações que trabalham com temas específicos de territórios e sujeitos que fazem parte da sociedade paraense e que possuem um legado ao longo da história que se concretiza por meio das diversas manifestações culturais expressadas no cotidiano. A valorização desses povos e de seus territórios propicia o reconhecimento de suas lutas ao longo da história, construídas em processo de exclusão, mas que devem ser resgatadas e reconhecidas no contexto escolar.

Discutir os saberes que perpassam pela educação do campo e pelas relações étnico-raciais criam possibilidades para a organização e gestão do currículo escolar e atende necessidade específicas dos alunos que estudam nas escolas municipais localizadas nas ilhas do sul, tais como: ilha do Combu, ilha Grande e comunidade de Várzea, Ilhas norte, comunidade do Caruaru, comunidade de Bacabeira, comunidade de Sucurijuquara, mais os assentamentos Mártires de Abril e Paulo Fonteles e a comunidade da Baía do Sol. Essas comunidades ribeirinhas e as comunidades das periferias, onde

encontram-se a maioria das escolas municipais, a partir de seus territórios e especificidades, fazem suas aprendizagens com suas histórias e cultura na pandemia.

Os estudantes que vivem na ilha, assim como todos os estudantes da Rede Municipal de Educação, têm o direito de construir sua aprendizagem com base em um arcabouço teórico que atribua sentido às práticas pedagógicas e curriculares. As coordenações da diretoria de educação, assim como as demais já criadas e as três novas coordenações, trabalham com suas demandas específicas e, ao mesmo tempo, interligadas com foco em um currículo com princípios inclusivos e freirianos no fortalecimento às representatividades nos espaços institucionais e oficiais que contribuam no combate às práticas excludentes, discriminatórias e racistas. Freire (2019, p. 57) convida a pensar sobre tal questão:

Na estrutura social, enquanto dialetização entre a infra e a supraestrutura, não há permanência da permanência nem mudança da mudança, mas o empenho de sua preservação em contradição com o esforço por sua transformação. Daí que não possa ser o trabalhador social, como educador que é, um técnico friamente neutro.

Nesse viés, o currículo fortalece a construção integral do educando apoiado ao trabalho das coordenações que estão seguindo as orientações da legislação educacional, sendo significativo às práticas docentes conduzidas sem neutralidades, dando real valor à aprendizagem do estudante. A materialização se dá com as formações de professores e ações desenvolvidas pelas escolas com o assessoramento das coordenações da diretoria de educação. No segundo ano da pandemia, essas ações foram importantes para ressignificar o trabalho docente e evidenciar o quanto a educação é necessária e construtora de esperança e dignidade no processo de ensino-aprendizagem.

As Unidades Educativas da Rede Municipal de Ensino devem assumir o seu papel de protagonizar e promover o protagonismo estudantil, na superação do próprio desempenho e dos indicadores educacionais, além de incentivar a formação em práticas pedagógicas socioambientais e com tecnologias acessíveis às comunidades escolares. Tais práticas educativas devem otimizar mecanismos inclusivos e valores de solidariedade, cooperação e respeito; agregados ao reconhecimento social, político e territorial das diferentes etnias, raças, gêneros, grupos sociais, culturais e com perspectivas de pensamentos e saberes desde a infância às das pessoas idosas. (BELÉM, 2021, p. 12).

Nota-se a orientação à construção de aprendizagens combatentes ao exposto na sociedade, que traz danos à humanidade, ao meio ambiente e às diversas culturas. Em tempos de distanciamento social, é salutar a preocupação em amparar as comunidades com suas culturas específicas, pois lá estão os alunos sujeitos que precisam ter seus direitos garantidos, dentre eles o da educação. Outro ponto enfatizado no documento explicita:

O caráter de uma Gestão Democrática e de uma Educação Emancipadora será alcançado quando nos posicionarmos politicamente contra o racismo, o machismo, o patriarcado, a misoginia, a homofobia, a xenofobia e a toda forma de discriminação aos diferentes e à diferença. Essas ações devem fazer parte de um projeto de Educação da cidade de Belém em que as nossas unidades escolares funcionem como “pontos de cultura”, valorizando a pluriversalidade de sujeitos amazônicos, respeitando a autonomia social, os conhecimentos científicos e populares, garantindo ações-práticas que amazonizem as nossas referências curriculares. (BELÉM, 2021, p.12)

Nesse preâmbulo, o currículo crítico e inovador no processo educativo fomenta ações escolares com mudanças e inclusão em tempos pandêmicos e de ensino remoto, fortalecendo o pertencimento dos professores e alunos ao ser reconhecidas, pela rede municipal de educação, as amarras sociais na

conjuntura atual e, por meio delas, remodelar a educação em uma proposta democrática e freiriana. Nesse sentido, Freire (1987, p. 94) ensina:

A educação que se impõe aos que verdadeiramente se comprometem com a libertação não pode fundar-se numa compreensão dos homens como seres “vazios” a quem o mundo “encha” de conteúdos; não pode basear-se numa consciência especializada, mecanicistamente compartimentada, mas nos homens como “corpos conscientes” e na consciência como consciência intencionada ao mundo. Não pode ser a do depósito de conteúdos, mas a da problematização dos homens em suas relações com o mundo.

O corpo docente das escolas foi um dos responsáveis pela transformação, pelo trabalho pedagógico e curricular desenvolvido no auge da crise sanitária, o que permitiu fortalecer o laço das escolas com os alunos e suas famílias, fator importante para o acompanhamento do aluno, conhecimento de sua realidade e promoção do diálogo e inclusão, com observância ao coletivo discente, dando o real sentido à educação. Morgado (2004, p. 119) apresenta a seguinte afirmação:

Projecto curricular e autonomia da escola são, pois, conceitos intimamente relacionados, de cuja concretização dependem as principais mudanças que se torna necessário imprimir no domínio educativo, nomeadamente na construção de uma nova cultura educativa em que a escola é vista como um bem comum, só possível de edificar na base de uma autonomia colectiva, consubstanciada a partir do contributo individual e autônomo de cada professor.

No período em que os estudantes passaram muito tempo em suas casas, essa aproximação e comunhão fortaleceu o trabalho escolar, permitiu experiências novas e a construção de ações e estratégias pedagógicas que fortaleceram o currículo, na ocasião em que o aluno se torna o protagonista do processo educativo; para ele e por ele se pautam todas as ações educacionais. Essas construções coletivas, em tempos de intensos encontros virtuais dos profissionais das escolas, formações e planejamento para um trabalho coletivo diante da vulnerabilidade humana, dão sentido ao currículo e o simboliza, pois o currículo se fez com intencionalidade. As questões sócio-históricas formam a criticidade do sujeito e são importantes para fortalecer a educação integral desses estudantes que se tornarão adultos e, com o resultado da sua formação acrescido às suas interações e vivências, conseguirão interagir e conduzir suas vidas com cidadania, contemplando o currículo.

As construções oriundas de 2021, contidas no plano de retorno, fazem alusão à orientação do *curriculum continuum* citado no calendário letivo de 2020, que se refere ao resgate do que foi trabalhado pelas orientações escolares no primeiro ano de pandemia, com a realização das avaliações diagnósticas para ter um panorama do ensino-aprendizagem. Esses encaminhamentos foram realizados em 2021, começando pelas pesquisas virtuais sobre a saúde dos professores e suas práticas pedagógicas, culminando no documento do plano de retorno de 2021, com a organização de atividades e ações exitosas desenvolvidas pelos professores para o ensino semipresencial e presencial. As atividades e ações resultam das interações dos professores com seus alunos, garantindo o direito à aprendizagem.

Quanto à metodologia de retorno presencial, obedeceu à faixa etária e às etapas de ensino no retorno presencial, iniciando pelos alunos da EJA e fundamental maior, em ordem decrescente, até chegar nos alunos das creches. A organização para receber os alunos da Educação infantil até aos da Educação de Jovens Adultos e Idosos, ocasião em que os alunos idosos são reconhecidos como estudantes da Rede Municipal de Educação, resultado da concepção freiriana adotada pela nova gestão do governo municipal.

Houve cuidado em acolher todos os sujeitos das escolas municipais no retorno gradativo com aulas semipresenciais, no qual as turmas foram organizadas por grupos de acordo com um calendário criado pelas escolas, em que, ao final do rodízio, todos pudessem estar completamente nas salas com as aulas presenciais. O zelo em organizar os dias letivos no período remoto, em seguida híbrido e, ao

final, presencial representa todo o teor de valor e princípios do currículo que está sendo gestado nas escolas municipais; bem como a preocupação em atender o alunado de todos os territórios, coadunando com a edificação do currículo democrático e organizado, gestado na concepção de Freire (2019, p. 107), que provoca a conscientização e alerta:

O ponto de partida para uma análise, tanto quanto possível sistemática, da conscientização, deve ser uma compreensão crítica dos seres humanos como existentes no mundo e com o mundo. Na medida em que a condição básica para a conscientização é que seu agente seja um sujeito, isto é, um ser consciente, a conscientização, como a educação, é um processo específico e exclusivamente humano. É como seres conscientes que mulheres e homens estão não apenas no mundo, mas com o mundo. Somente homens e mulheres como seres “abertos”, são capazes de realizar a complexa operação de, simultaneamente, transformando o mundo através de sua ação, captar a realidade e expressá-la por meio de sua linguagem criadora. E é enquanto são capazes de tal operação, que implica “tomar distância” do mundo, objetivando-o, que homens e mulheres se fazem seres com o mundo. Sem essa objetivação, mediante a qual igualmente se objetivam, estariam reduzidos a um puro estar no mundo, sem conhecimento de si mesmos nem do mundo.

Assim, a educação fez seu diferencial mesmo diante da vulnerabilidade humana, pois os planejamentos pensados pela referência de um currículo plural e inclusivo deu consistência às práticas curriculares dos professores que conseguiram reconstruir suas aulas, ainda que em isolamento social, pautados no propósito de humanização e reconhecimento da identidade amazônica nas escolas municipais. Quanto à representatividade, o documento suscita:

O projeto de reestruturar a organização administrativa da SEMEC já é uma realidade, pois vem inovando com a inclusão de representações dos sujeitos amazônicos nas suas formas de pensar o fazer pedagógico. A novidade está em assegurar, no Governo da Nossa Gente, o direito das coletividades socioculturais desenvolverem suas pedagogias específicas e diferenciadas sob o acompanhamento e o assessoramento das nossas coordenações de referência às identidades plurais como as das pessoas do campo, das águas, das florestas, negros(as), indígenas, imigrantes, refugiados(as), de sujeitos com deficiências especiais e de todas(os) nas suas diferentes fases etária da vida escolar. (BELÉM, 2021, p. 12).

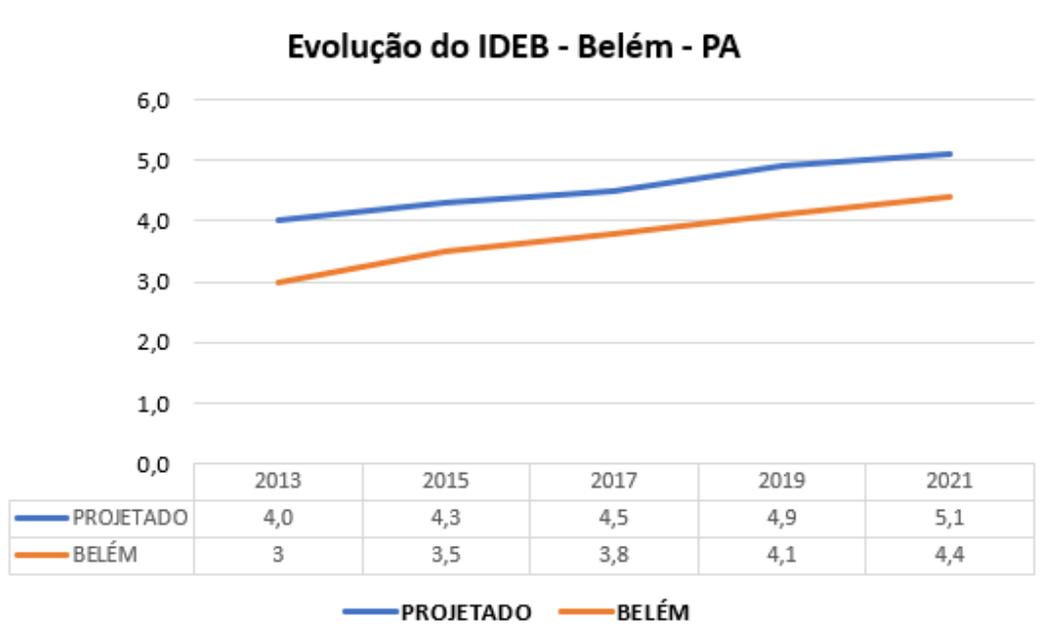
Por essas práticas curriculares, a escola constrói sua função social e política de conduzir a educação para além do ensino, em uma perspectiva dialógica, projetando um futuro digno à humanidade com a educação, vencendo qualquer lógica colonial prescrita. Esse movimento do teor humano para a educação deve ser contínuo e foi uma lição aprendida na pandemia pelos professores incansáveis que atravessam os rios e adentram as periferias, renovando suas práticas curriculares. Os dois anos de profunda crise pandêmica e muitas construções pela via digital, ensinou a importância da tecnologia para buscar os conhecimentos, romper barreiras tecnológicas e, acima de tudo, valorizar o processo de interação permitido com o ensino presencial. Os ensinamentos deste momento histórico precisam ser reconhecidos e estudados para evoluir os currículos em favor da educação dos sujeitos que se fazem nesse processo humano e educativo.

Em tempos de distanciamento social, houve ganhos de experiências construídas no isolamento social e que se tornam únicas quando socializadas no coletivo docente, permitindo um novo olhar para a educação no contexto presencial. O currículo, como experiência centrada no indivíduo social, leva a refletir sobre o papel dos decisores curriculares (MORGADO; SOUSA; PACHECO, 2020, p. 7).

Todo esse caos evidenciou o quanto precisamos uns dos outros, e que a escola é o espaço ideal para a educação acontecer, por ser espaço de coletividade, diálogo e autonomia coeso a um currículo

que redimensione uma gestão plural que conduza à aprendizagem. Segundo Pacheco (1996, p. 19), “o currículo é uma construção permanente de práticas, com um significado marcadamente cultural e social, e um instrumento obrigatório para a análise e melhoria das decisões educativas”. Neste viés, apesar de todo o aparato das desigualdades sociais, tecnológicas, as escolas da RME de Belém apresentaram um índice de crescimento no IDEB¹ de 2021, saindo de 2019 de 4,1 para 4,4 em 2021, como revela o gráfico 1.

Gráfico 1 – Evolução do IDEB Belém e Região Metropolitana – Anos 2013 - 2021.



Fonte: Os Autores, 2022 (Elaborado a partir dos dados do INEP/IDEB, 2021)

O gráfico com os índices de projeção e a meta alcançada pelas escolas de Belém nas últimas cinco avaliações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) apresenta um crescimento, mesmo em tempos de pandemia. Observa-se que a educação se constitui por um contexto e gera significado na ação docente, por trilhar novas buscas que perpassam por conhecimentos, criações e interações entre as pessoas, acarretando mudanças boas que, além de favorecerem professores e estudantes, refletem na avaliação do processo em nível local e nacional.

Portanto, a melhora na qualidade ensino foi um anseio dos professores e professoras da Rede, seja na educação da cidade, do campo, das águas ou das florestas, seja nos assentamentos ou nos territórios quilombolas. Para isso, houve a necessidade de uma mobilização municipal e integrada que reuniu todas as secretarias envolvidas e instituições da sociedade civil organizada, pois a educação deve ser mediada como prática de liberdade (FREIRE, 1980). Nessa perspectiva, o diálogo é caminho e é uma exigência existencial, pois o ser humano é um ser – com o outro na materialidade das relações sociais. Ele não vive isolado, ele é um ser social e que precisa fazer parte deste currículo escolar, que na acepção freiriana engloba a política, a teoria e a prática do “que fazer” na educação como nos ensina Freire (1987; 2019), no espaço escolar, e nas ações que acontecem dentro e fora desse espaço, numa perspectiva crítico-transformadora de sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

¹ IDEB: O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado em 2007 e reúne, em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. O Ideb é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb>>. Acesso em: 26 nov. 2022.

Dialogar acerca da educação a partir da experiência pandêmica, provoca a reflexão sobre o momento tão intenso vivido pela humanidade em busca da vida humana, que trouxeram o ressignificar e a busca por novas trilhas, renovando as forças para continuar. As experiências ensinaram que é necessário nutrir-se para seguir a vida para além do corpo. É salutar nutrir a mente e o espírito para ter vida e saúde.

O vírus aprisionou, controlou a todos nos espaços; e com a estratégia tecnológica foi possível comunicar, trabalhar, consumir, estudar, pesquisar e conversar. Desta experiência, aprendemos mais sobre as tecnologias e como elas são importantes no mundo globalizado e conectado digitalmente. Ela rompe fronteiras e permite descobrir, ter informações que, quando bem utilizadas, aguçam criações e inovações à vida, às ciências e à educação. Mesmo em luto, seguiu-se com a esperança de dias melhores, porque viver é sonhar e lutar, lutar por si e pelo outro.

Na educação foi difícil superar a perda de não nos encontrarmos presencialmente, porém entendeu-se que era preciso continuar por aqueles sujeitos que dão sentido à educação, aos alunos e construiu-se estratégias e atividades para manter o direito à aprendizagem e ao vínculo carregado de afetividade. Assim, foram dois anos intensos de pandemia, amenizados com a aplicação das vacinas e continuados dia a dia com ações organizadas pelo currículo e construídas em sala de aula, ou fora dela, pelas práticas curriculares dos professores. Práticas que conduziram o hoje e o amanhã na educação, que foram essenciais na vida dos estudantes.

Trazer uma contribuição para a educação básica em tempos de ensino remoto e Covid-19, com orientações oficiais para as práticas curriculares dos docentes da Rede Municipal de Educação de Belém, instiga reflexões e investigações científicas sobre este momento que trouxe lacunas e, ao mesmo tempo, descobertas e aprendizagens aos professores, mostrando seus potenciais e importâncias para a sociedade humana.

Na educação, comprovamos seu valor e a relevância de suas modalidades na educação escolar e na vida das pessoas. Algo que foi vivido, também, pelos professores da Secretaria Municipal de Educação de Belém e que, ao longo do processo, contribuíram ricamente, superando o prescrito nos documentos oficiais, uma vez que cumpriram e construíram além.

Nos documentos analisados, identificou-se a evolução curricular da rede municipal de educação de Belém, por meio das ações pedagógicas e curriculares na pandemia e ensino remoto registradas nos documentos oficiais que regeram a educação municipal, a qual no segundo ano foi organizada por um currículo plural, democrático e freiriano.

REFERÊNCIAS

BELÉM. Conselho Municipal de Educação. **Parecer nº 86, 2020**. Belém: CME, 2020a.

BELÉM. Conselho Municipal de Educação. **Resolução nº 30, de 22 de dezembro de 2020**. Aprova o Calendário Letivo 2020 das Escolas da Rede Municipal de Ensino de Belém, conforme recomendações da Lei n.º 14.040/20, de 18 de agosto de 2020 do Conselho Nacional de Educação que estabeleceu normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública. Belém: CME, 2020b.

BELÉM. Secretaria Municipal de Educação. **Plano de Retorno das Atividades Semipresenciais para o 2º semestre letivo-2021**. Belém: SEMEC, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3zpAkEw>. Acesso em: 20 jul. 2022.

BRASIL, Inep – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2020). **Índice de desenvolvimento da educação básica**. 2013 - 2021. Disponível em: <http://inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-daeducacao-basica>. Acesso em: 26 nov. 2022.

BRASIL. **Medida Provisória nº 934, de 1 de abril de 2020**. Estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da

situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020a. Brasília, DF: Presidência da República, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3fhqduC>. Acesso em: 16 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CP nº 5/2020**. Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. Aprovado em 28 de abril. Brasília, DF: MEC, 2020b. Disponível em: <https://bit.ly/3zpBwlo>. Acesso em: 16 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **O que é a Covid-19?** Brasília, DF: MS, 8 abr. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3UrMZz5>. Acesso em: 26 jul. 2021.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 5. ed. rev. e atual. pela norma da ABNT 14724, de 30/12/2005. São Paulo: Saraiva, 2006.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. 3. ed.: Brasília, DF: Liber Livro, 2008. (Pesquisa; 6).

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, Paulo. **A importância do Ato de Ler: três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez, 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**. Teoria e Prática da Libertação uma Introdução ao Pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Moraes, 1980

LAPA, Andrea Brandão; COELHO, Isabel Colucci. Escola e internet: espaços de formação para a cidadania. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 39, n. 3, p. 1-19, jul./set. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3Dm7BBM>. Acesso em: 18 out. 2021.

MORGADO, José Carlos; SOUSA, Joana; PACHECO, José Augusto. Transformações educativas em tempos de pandemia: do confinamento social ao isolamento curricular. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, e2016197, p. 1-10, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3TPOh73>. Acesso em: 17 set. 2021.

PACHECO, José Augusto. **Currículo: teoria e práxis**. Porto: Porto, 1996. 270 p. (Coleção Ciências da Educação).

ROCHA, Genylton Odilon Rêgo. A geografia escolar brasileira no contexto das reformas educacionais neoliberais. In: SANTOS, Lucíola Licínio de Castro Paixão; FAVACHO, André Márcio Picanço Favacho (org.). **Políticas e práticas curriculares: desafios contemporâneos**. Curitiba, PR: CRV, 2012. p. 117-134.

ROLDÃO, Maria do Céu; ALMEIDA, Silva de. **Gestão curricular: para a autonomia das escolas e professores**. Lisboa: Ministério da Educação/Direção-Geral da Educação, 2018.

ROLDÃO, Maria do Céu. Função docente: natureza e construção do conhecimento profissional. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 94-181, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://bit.ly/3Nkh2pO>. Acesso em: 14 nov. 2021.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3. ed. Tradução de Ernani F. da Fonseca Rosa. Porto Alegre: Penso, 2017.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **Poderes instáveis em educação**. Tradução de Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999. (Biblioteca Artmed).

STRECK, Danilo R. et al. **Dicionário Paulo Freire**. Danilo R. Streck; Euclides Redin Jaime; José Zitkoski (Orgs.) Coordenação-geral Danilo R. Streck, 2ª edição Revista e ampliada 1ª reimpressão. Editora Autêntica, 2019.

YIN, Robert K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Tradução de Daniela Bueno. Porto Alegre: Penso, 2015. (Métodos de Pesquisa).



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).